

## Mapeando elementos e aplicações de gestão social e economia solidária em comunidades de prática e utilidade social: uma revisão sistemática em artigos indexados no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico

*Mapping elements and applications of social management and solidarity economy in communities of practice and social utility: a systematic review in articles indexed in Capes and Google Scholar Portal*

**Denys Daniel Silva<sup>1</sup>**

**Washington Jose de Souza<sup>2</sup>**

**Suzana Melissa Moura Mafra da Silva<sup>3</sup>**

### RESUMO

O texto aborda resultado de revisão sistemática de textos científicos indexados no Portal de Periódicos Capes e no Google Acadêmico tomando como base os temas comunidades de prática e utilidade social, mapeando elementos conceituais e aplicações. Foram identificados 12 textos em comunidades de prática e 4 em utilidade social a partir dos critérios artigos originais publicados em periódicos e com ao menos um dos construtos no título. Ficam evidentes o consenso e a semelhança na utilização, pelos autores de diversas áreas do conhecimento, do conceito comunidades de prática, com nítida aderência a fundamentos da gestão social. O mesmo não ocorre com o conceito utilidade social, que aparece sob construções distintas que abarcam, mais fortemente, noções públicas estatais. A economia solidária aparece em um único texto, abordada a partir do construto utilidade social de bancos de desenvolvimento comunitário. O estudo ressalta possibilidades à ampliação da aplicação dos construtos em pauta, ressaltando informações preliminares de pesquisa em desenvolvimento no segmento da produção de artesanato junto a empreendimentos econômicos solidários de Natal/RN.

**Palavras-chave:** Utilidade Social, Comunidades de Prática, Gestão Social, Economia Solidária, Revisão Sistemática.

### ABSTRACT

The text addresses results of a systematic review of scientific texts indexed in Capes Journals Portal and Google Scholar, based on the themes communities of practice and social utility, mapping conceptual elements and applications. Twelve texts were identified in communities of practice and four in social utility from two criteria - original articles published in journals and with at least one of the constructs in the title. There are consensus and similarity in the use, by the authors of several areas of knowledge, regarding the concept of communities of practice, with a clear adherence to the foundations of social management. The same does not occur with the concept of social utility, which appears under different constructions that embrace, more

<sup>1</sup> Graduação em Gestão Hospitalar pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil. Integra o Grupo de Pesquisa Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Sociais e Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (OASIS/UFRN). E-mail: oasisdaniel2@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. gGraduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: wsufrn@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre e bacharel em Administração pela mesma Instituição. Integra a Incubadora OASIS - Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias desde janeiro/2015. E-mail: suzanelissa@gmail.com.

strongly, state public notions. Solidarity economy appears in a single text, approached from the construct social utility of community development banks. The study highlights possibilities for expanding the application of the constructs in question, taking into account preliminary research information in the handicraft production segment, with solidarity economics associations of the city of Natal / RN.

**Keywords:** Social Utility, Communities of Practice, Social Management, Solidarity Economy, Systematic Review.

## 1. Introdução

Este texto aborda os construtos *comunidades de prática* e *utilidade social*, incorporados à agenda acadêmica brasileira em anos recentes, com predominância nas Ciências Sociais Aplicadas, em especial no domínio da Administração. O exercício acadêmico aqui realizado tem o propósito de classificar o uso dos construtos *comunidades de prática* e *utilidade social* tomando como referência artigos indexados no *Portal de Periódicos Capes* e no *Google Acadêmico*. A classificação considera informações referentes a especificidades teórico-metodológicas utilizadas, à autoria e ano da publicação, ao vínculo institucional do autor e da publicação e análise de confluências e divergências identificadas nos dois conjuntos de artigos coletados.

A gestão social é um domínio da Ciência Administrativa cuja origem pode ser mais apropriadamente delineada a partir da Revolução Industrial, conforme argumenta Souza (2010) em *Gestão Social: Leituras e Crítica*. Visitar tal período da História possibilita o resgate de transformações socioeconômicas que explicam o aperfeiçoamento das organizações privadas, públicas e da sociedade civil – objeto da gestão social – a exemplo daquelas voltadas à assistência social – que tem como ícone a *casa dos pobres* (*workhouses*) geridas por igrejas – e à organização e resistência da classe trabalhadora, pelo surgimento de sindicatos e cooperativas. Os efeitos daquele fenômeno ultrapassam a dimensão econômica de transformação do sistema de produção, tornando-se, também, importante catalizador de mudanças organizacionais presentes até os dias atuais.

A transição econômica e social trazida pela Revolução Industrial teve como uma das principais consequências a mudança no modo de vida centrado na agricultura e no comércio para uma lógica em que a velocidade da produção passou a ser determinada e potencializada pelo uso de máquinas e por descobertas técnico-científicas, ocasionando um intenso período de êxodo rural para os centros fabris urbanos e, portanto, significativos problemas de ordem social (SOUZA; OLIVEIRA, 2006). Tal período igualmente provocou inconformismos e discussões a respeito de formas de enfrentamento das mazelas sociais provocadas pelo novo modelo desenvolvimentista. Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier são exemplos de pensadores que fomentaram ideais e um movimento que, mais tarde, ficou conhecido como socialismo utópico. Esses pensadores buscaram novas formas de organização coletiva, pensadas a partir de relações de vida e de trabalho justas, solidárias e humanitárias. Por essa razão, os socialistas utópicos são frequentemente referenciados em estudos da gestão social.

As discussões trazidas pelos socialistas utópicos explicam, por exemplo, o surgimento do cooperativismo, demarcado pela experiência de 1844, de Rochdale-Manchester, no interior da Inglaterra. Conforme registra o portal da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB):

Sem conseguir comprar o básico para sobreviver nos mercadinhos da região, um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher) se uniram para montar seu próprio armazém. A proposta era simples, mas engenhosa: comprar alimentos em grande quantidade, para conseguir preços melhores. Tudo o que fosse adquirido seria dividido igualmente entre o grupo (ORGANIZAÇÃO... 2017).

Nascia, assim, a *Sociedade dos Pobres de Rochdale*, tida como a primeira cooperativa moderna, fundada com os valores e princípios morais até hoje orientadores do cooperativismo em todo o mundo. Dentre os princípios adotados, estão honestidade, equidade, democracia, transparência e solidariedade. A solidariedade e demais princípios são, nos dias atuais, orientadores das iniciativas contemporâneas genericamente situadas na economia solidária, cuja presença é buscada, no presente texto, nos construtos *comunidades de prática* e *utilidade social* a partir de revisão sistemática.

A sistematização de experiências para evidenciar práticas de gestão social tem permitido avanços na produção científico-acadêmica, de modo que o tema vem se consolidando na Ciência Administrativa e em outros domínios, produzindo reflexões que lhe atribuem significado específico e a distinguem de outros campos como a gestão empresarial e a gestão pública (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2008). Tem ocorrido, assim, esforços acadêmicos para fazer frente aos desafios que estão postos ao processo de aprendizagem, à produção de conhecimento e à sistematização do eixo conceitual, das metodologias e das práticas no domínio da gestão social. Neste sentido, Schommer e França Filho (2008) mencionam uma *abordagem social da aprendizagem* como eixo conceitual à sustentação do que vem a ser gestão social.

Uma *abordagem social da aprendizagem* aparece relacionada ao conceito *comunidades de prática*, entendidas como grupos de pessoas que se reúnem com intuito de troca de experiência e conhecimento, geração de aprendizagens e domínio de conhecimento associado a uma prática que seja unânime e comum aos membros de tal grupo (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). Todavia,

As comunidades de prática não se confundem com outras estruturas sociais, tais como departamentos formais, times operacionais, comunidades de interesse e grupos de amigos. Em uma comunidade de prática, é ideal e saudável existirem estreitos relacionamentos de amizade, capazes de promover a confiança, incentivando, assim, uma maior disposição para a partilha de conhecimentos (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008, p. 109).

Sob tal leitura, o universo das experiências abarcadas pela gestão social compreende *comunidades de práticas*, fenômenos perceptíveis na economia solidária, cujas experiências são orientadas pelo princípio da solidariedade sob relações mútuas de aprendizagem, especialmente no tocante aos processos administrativos autogestionários, sem chefe, sem hierarquia. Na pesquisa que origina este texto, os empreendimentos econômicos solidários são, por um lado, tomados como *comunidades de prática* e, por outro, interpretados pela natureza de *utilidade social*.

Os debates acerca da *utilidade social* emergiram e concentraram-se na França, difundindo-se nas últimas décadas para outros países. Em empreendimentos econômicos solidários a *utilidade social* aparece mediante práticas em que ideais de redução das desigualdades econômicas, de fortalecimento de laços sociais e de desenvolvimento comunitário, integrados à solidariedade e à sociabilidade, aparecem enraizados a ganhos mútuos, não estando dissociado, entretanto, do componente econômico (GADREY, 2005 *apud* SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015).

Após esta introdução, o tópico seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados na realização de uma investigação que integra o *Projeto Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Natal, 2016/2017)*, desenvolvido sob responsabilidade da *Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos do Terceiro Setor (Oasis/UFRN)*, mediante fomento da então Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (Senaes/MTE).

Trata-se, aqui, de resultado de estudo qualitativo – realizado sob a forma de revisão sistemática da literatura – que fornecerá elementos teóricos à posterior análise de dados que estão sendo coleados, em 2017, junto a empreendimentos econômicos solidários do segmento da produção de artesanato. A revisão sistemática apresentada neste texto inspirou a elaboração de um roteiro para coleta de experiências de trabalho, a partir de grupo focal, em empreendimentos de produção de artesanato. Posteriormente, o

resultado desta sistematização viabilizará interpretações dos dados empíricos a partir de vivências de comunidades de prática e utilidade social na economia solidária.

O tópico três aborda a classificação das produções identificadas por área de conhecimento, grande área e colégios (conforme classificação da Capes), ano e quantidades, sequenciado pela análise das elaborações teórico-empíricas dos autores nos dois constructos, explorada no tópico 4. Uma vez centrada nos indexadores *Portal de Periódicos Capes* e *Google Acadêmico*, as conclusões do exercício teórico realizado e apresentadas no tópico 5, atentam para limites dos critérios da revisão procedida, que excluiu outras bases nacionais de periódicos e a produção acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu*, passível de acesso no *Banco de Teses e Dissertações da Capes*. Os dois construtos são pouco explorados tanto no âmbito da gestão social quanto da economia solidária, especificamente. Ficam, assim, sugeridos estudos posteriores nas temáticas em pauta, contemplando outras bases de dados; na replicação dos procedimentos adotados; e nos segmentos da gestão social e economia solidária.

## 2. Procedimentos metodológicos

De natureza qualitativa, e com caráter transversal-descritivo, o presente estudo trata-se de revisão sistemática da literatura. A sistematização desta revisão ocorreu a partir de buscas nas bases de dados do indexador *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)* – ProQuest, SciELO, Scopus, SPELL e Springer Science – e no *Google Acadêmico* (<http://scholar.google.com.br>). A intenção de utilizar o Google Acadêmico se deu devido ao fato de tal plataforma possibilitar ampliação ao escopo da pesquisa. Em ambas as bases foram encontrados textos originários de várias áreas da ciência, tendo sido considerados na sistematização aqueles que, no título, possuem os termos *comunidades de prática* e/ou *utilidade social*. O pressuposto neste caso é que o uso de tais expressões no título indica notória centralidade das temáticas em pauta como objeto teórico das publicações.

Neste estudo<sup>4</sup>, a revisão sistemática da literatura partiu da seguinte questão norteadora: *como se encontram qualificados os construtos comunidades de prática e utilidade social em artigos indexados no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico?* Para responder tal questão, a fase da revisão sistemática constou de buscas nos indexadores supracitados a partir das palavras-chave *utilidade social* e *comunidades de prática*. Foram encontrados e selecionados para compor a análise, dezesseis textos completos, dos quais, quatro em *utilidade social* e doze em *comunidades de prática*. A etapa posterior à coleta das informações foi destinada à classificação dos achados em um quadro síntese para cada temática separadamente, observados ano da publicação, quantidades anuais de registros nas duas temáticas, área do conhecimento da publicação e metodologias empregadas nos vários contextos de estudo. O Quadro 1 ilustra a estratégia adotada.

**Quadro 1 – Síntese da trajetória da pesquisa**

Procedimento	Fonte	Instrumento empregado
1. Revisão sistemática	Portal de Periódicos Capes; Google acadêmico	Buscas em “utilidade social” e “comunidades de prática”

<sup>4</sup> Projeto contemplado no Edital N° 01/2016 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Pibic/UFRN, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq). O projeto de iniciação científica *Gestão social como instrumento para o desenvolvimento de relações sociais estáveis* originalmente ocorreria, no tocante ao espaço empírico, em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Por problema de acessibilidade, todavia, o objeto empírico migrou de organização comunitária no PMCMV – frente a dificuldades operacionais junto à comunidade previamente acordada – para atributos do trabalho em empreendimentos econômicos solidários de produção de artesanato (análise a se realizar em fase posterior da pesquisa em andamento).

2. Classificação dos achados	Textos coletados na busca	Análise de conteúdo
------------------------------	---------------------------	---------------------

Fonte: elaborado pelos autores, 2017.

Concluída a fase de buscas nas duas bases de dados selecionadas, seguiu-se a fase de classificação dos textos publicados, o que ocorreu por meio da análise de conteúdo no segmento de técnicas lógico-semânticas (CAMPOS, 2004), considerando a necessidade de se aplicar um classificador com parâmetros definidos – neste caso, os descritores “comunidades de práticas” e “utilidade social”. Berelson (1984) reconhece que a análise de conteúdo é técnica de pesquisa que tem o propósito de descrição do conteúdo manifesto em comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa. Bardin (1977) igualmente configura a análise de conteúdo referindo-se à classificação de comunicações e ao emprego de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens.

Campos (2004) defende que é do conteúdo manifesto, explícito, que se deve partir, mediante exercício de mera projeção subjetiva. De qualquer forma, os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos no conteúdo das comunicações. Para tal exercício, o autor elenca quatro fases: i) fase de pré-exploração ou de leituras flutuantes do material; ii) a seleção das unidades de análise, ou, unidades de significados; iii) categorização e subcategorização, entendidas como operações de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento de gênero; iv) caso o pesquisador de antemão possua as categorias de análise, compete a ele, então, eleger as subcategorias a partir do(s) texto(s) que está analisando.

A classificação da análise do conteúdo dos artigos coletados constou, preliminarmente, da reunião dos estudos semelhantes explorando-os, a partir de *leituras flutuantes*, em termos de título/objetivo do artigo, palavras-chave, natureza da metodologia adotada, origem da autoria e área do conhecimento, periódico e ano da publicação. As unidades de análise, ou unidades de significados (“comunidades de prática” e “utilidade social”), conforme indicado anteriormente, estavam pré-estabelecidas e, desse modo, a subcategorização contemplou o emprego de artifícios de classificação, em cada grupo de artigos, com base em aproximações e diferenças, agrupados por características gerais da publicação – área de conhecimento, origem da autoria, título/objetivo do artigo, palavras-chave, natureza da metodologia adotada, periódico e ano da publicação. A análise de tal classificação encontra-se na sequência.

### 3. Classificação da produção intelectual em *comunidades de prática e utilidade social*

Este tópico do texto destina-se à classificação da produção intelectual identificada nas duas temáticas em pauta, tarefa que se realiza pela análise da distribuição por domínio/áreas do conhecimento, grandes áreas e colegiados, de acordo com os critérios da Capes. Conforme exposto na seção anterior, as buscas nas plataformas de pesquisa selecionadas – *Google Acadêmico* e *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)* – resultaram na identificação de dezesseis textos científicos publicados no Brasil. O caráter temporal dos achados, no caso de *comunidades de prática*, assinala para o período de 2008 a 2016, estando as publicações distribuídas com incidência entre uma a duas anualmente. Há três estudos em 2012, em termos de distribuição temporal, e, por área do conhecimento, incidência em Administração, com cinco registros – 2008, 2010 (dois registros), 2012 e 2015 – e Engenharia de Produção com volume semelhante – duas em 2013 e duas em 2016.



**Tabela 1 – Produção em comunidades de prática por área, ano e quantidade de publicações**

Área de conhecimento/IES	Ano de publicação/Periódico	Quantidade
Administração	2008	1
Administração	2010	2
Administração	2012	1
Ciência da Informação	2012	1
Letras/Língua Inglesa	2012	1
Engenharia de produção	2013	2
Educação	2014	1
Administração	2015	1
Engenharia de produção	2016	2
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: os autores, 2017.

É pertinente registrar que os estudos relacionados a *comunidades de práticas* são recentes no meio acadêmico brasileiro, quando comparados a outras temáticas do domínio da gestão social. Nesse quesito, em *Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória*, Peres Jr. e Pereira (2014), ao realizarem exercício acadêmico de delineamento de vertentes teóricas no domínio da gestão social, localizaram, na análise de citações dos trabalhos indexados na base *Google Acadêmico*, publicações de: a) Farah (1997), intitulada *Governo local e novas formas de provisão e gestão de serviços públicos no Brasil*; b) Tenório (1998), intitulada *Gestão social: uma perspectiva conceitual e Gestão social: metodologia, casos e práticas* (TENÓRIO, 1998a); c) Dowbor (1999), com títulos *A gestão social em busca de paradigmas* e *Tendências da gestão social* (DOWBOR, 1999a); d) Rico e Raichelis (1999) organizando coletânea em *Gestão social: uma questão em debate*. Desta forma, o tema *comunidades de prática* entrou na pauta da academia brasileira uma década após o início das discussões em torno da gestão social.

A distribuição por área de conhecimento ao longo do tempo, indica que Administração e Engenharia de Produção são as áreas com maior quantidade de publicações, sendo cinco em Administração e quatro em Engenharia de Produção, mas, com tempos distintos. Enquanto Administração, pioneira, possui estudos publicados em 2008 e 2010, Engenharia de Produção registra as duas primeiras publicações em 2013, detendo as duas mais recentes em 2016. Outras áreas possuem menos trabalhos publicados: Educação (em 2014), Ciência da Informação uma, em 2012, e Letras/Língua Inglesa uma, em 2012.

No que se refere à produção intelectual em *utilidade social*, há registros em Direito, o primeiro (em 1984), Saúde, Urbanismo e Administração, com uma publicação cada. A Tabela 2 apresenta as áreas do conhecimento com publicações em *utilidade social*, por ano e quantidade de trabalhos publicados, evidenciando número de registros inferior à temática *comunidades de prática*, ainda que, em termos temporais, inserida na produção intelectual brasileira em 1984.

No tocante à distribuição temporal, o primeiro trabalho data de 1984, com ausência de produção intelectual no tema até 2008. Na sequência, é registrado um curto lapso temporal entre 2010 e 2015. Há destaque para a área da Administração, que possui repetição de ocorrências nas duas temáticas – cinco em comunidades de prática e uma em utilidade social. Engenharia de Produção aparece com concentração de quatro trabalhos em comunidades de prática, enquanto as demais áreas do conhecimento (Direito, Saúde, Urbanismo, Educação, Ciência da Informação e Letras/Língua Inglesa) aparecem com apenas um registro

em um ou outro tema. A tabela 2 apresenta os registros em utilidade social considerando quantidade e ano de publicação por área de conhecimento:

**Tabela 2 - Publicações em utilidade social por área, ano e quantidade de publicações**

Área de conhecimento	Ano de publicação	Quantidade
Direito	1984	1
Saúde	2008	1
Urbanismo	2010	1
Administração	2015	1
<b>Total</b>		<b>4</b>

Fonte: autores 2017

A avaliação dos resultados nas duas temáticas indica, não apenas reduzida produção intelectual, mas, também, concentração em determinados domínios do conhecimento. Nesse sentido, a distribuição por *colégios* e *grandes áreas* de avaliação conforme adotada pela Capes – Primeiro nível: Colégios e Segundo nível: Grandes Áreas (disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>) – indica que as duas temáticas são comuns exclusivamente ao domínio da Administração, na grande área das Ciências Sociais Aplicadas – com incidências de cinco publicações em *comunidades de prática* e uma em *utilidade social*. Administração é o único domínio dessa grande área com publicação em *comunidades de prática*, ao passo que, na temática *utilidade social*, aparece acompanhada por publicação em Direito, conforme apresenta a tabela 3.

**Tabela 3 – Distribuição da produção intelectual por colégios e grandes áreas da Capes**

Colégio	Grandes Áreas	Comunidades de prática	Utilidade social
Ciências da Vida	Ciências Agrárias	-	-
	Ciências Biológicas	-	-
	Ciências da Saúde	-	1
Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Ciências Exatas e da Terra	1	1
	Engenharias	4	-
	Multidisciplinar	-	-
Humanidades	Ciências Humanas	1	-
	Ciências Sociais Aplicadas	5	2
	Linguística, Letras e Artes	1	-
	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>4</b>

Fonte: os autores, 2017.



Apesar de a primeira produção em utilidade social datar de 1984, no domínio do Direito na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, a publicação seguinte só ocorreu em 2008, em Saúde, na grande área das Ciências da Saúde, com nova incidência de publicações, desde então, exclusivamente na primeira grande área. Além disso, em termos de publicação acadêmica, o tema *utilidade social* tem despertado interesse inferior ao tema *comunidades de prática*, conforme apontam os dados coletados nas duas plataformas aqui utilizadas – *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)* – ProQuest, SciELO, Scopus, SPELL e Springer Science – e *Google Acadêmico*.

#### 4. Natureza dos conteúdos estudados em comunidades de prática e utilidade social

A partir da busca realizada, conforme descrita na seção de procedimentos metodológicos, foram encontrados dezesseis artigos científicos, dentre os quais, doze referentes a comunidades de prática e quatro em utilidade social. Tais artigos foram então selecionados para apreciação detalhada nesta seção, que os discute a partir da análise de título, objetivo, palavras-chave, procedimentos metodológicos adotados, origens das autorias, áreas do conhecimento, periódico e ano da publicação. O Quadro 2 apresenta sínteses dos artigos em *comunidades de prática*, considerando título das publicações, palavras-chave e principais conceitos utilizados.

**Quadro 2 – Conteúdos das publicações em comunidades de prática**

Título	Principais conceitos	Palavras-Chave
A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidades de prática	Limites e possibilidades do constructo comunidades de prática à residência social em termos de aprendizagem e experiências em gestão social,	Residência Social; Comunidade de prática; Aprendizagem; Gestão Social
A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras	Aprendizagem organizacional em abordagem socioprática e sua relação com comunidades de prática.	-
Análise sobre a Produção Acadêmica Brasileira em Comunidades de Prática	Análise da evolução das publicações, metodologias e conteúdos utilizados no estudo do constructo comunidades de prática no Brasil,	Comunidades de prática; produção acadêmica brasileira; aprendizagem organizacional; aprendizagem formal e informal
A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública	Aprendizagem social, aprendizagem situada e significativa, residência social e comunidades de prática	Residência Social; Ensino e aprendizagem; Aprendizagem social; Formação Profissional; Gestão Social
Comunidades virtuais de prática: um espaço para formação permanente de professores	Formação de professores e comunidades virtuais de prática	Formação de professores; cultura digital; comunidade
Contribuição das comunidades de prática para o processo de autoavaliação em uma instituição de educação superior do segmento privado	Gestão do conhecimento como fundamento ao processo de autoavaliação e a contribuição das comunidades de prática em um estudo de caso de uma instituição de ensino superior	Gestão do Conhecimento; Comunidades de Prática; Ensino Superior

Comunidades de Prática enquanto Viabilizadoras de Projetos Comuns em Ambientes Turbulentos: uma Abordagem Crítica	Comunidades de prática como instrumento de projetos comuns em ambientes turbulentos	Comunidades de prática, colaboração, ambientes competitivos, estratégia, serviços públicos
A formação de professores em comunidades de prática: o caso de um grupo de professores de química em formação inicial	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), formação de professores e comunidades de prática	Comunidades de prática, formação de professores, PIBID
Gestão de comunidades de prática: Fatores críticos de sucesso as suas manutenções	Conhecimento organizacional e fatores críticos de sucesso	Comunidades de Prática; Gestão; Fatores críticos de sucesso
Comunidades de prática: uma revisão bibliográfica sistemática sobre casos de aplicação organizacional	Comunidades de prática aplicadas em ambientes organizacionais	Comunidades de prática; Organização do trabalho; Produção acadêmica
Métodos e técnicas de gestão do conhecimento: comunidades de prática	Gestão do conhecimento (GC) e comunidades de prática (CoP)	Gestão do conhecimento; Comunidades de prática; Estudo de caso; ACATE
De redes sociais a comunidades de prática: um estudo sobre percepção e efetivação de <i>affordances</i> no ambiente <i>on-line</i>	Aprendizagem da língua inglesa nas redes sociais dando origem a comunidades de prática	Aprendizagem de língua inglesa; <i>affordances</i> ; redes sociais; comunidades de prática

Fonte: os autores, 2017

No que diz respeito às produções em *comunidades de prática*, os títulos permitem identificar, preliminarmente, que a maior parte apresenta experiências de grupos que vivenciam aprendizagens em comunidades de prática (BOULLOSA; BARRETO, 2010; GAZZOLI, 2012; SANTOS; ARROIO, 2015), destacando metodologias adotadas pelos coletivos (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; SCHMITT et al., 2013) e contribuições trazidas de diferentes realidades (CAMBRAIA, 2012; BUCHELE et al., 2016; GNECCO JUNIOR et al., 2013; OLIVEIRA, 2012). Um terço das publicações apresenta análises de produções acadêmicas, sob a forma de revisões, com diferentes propósitos (MENDES; URBINA, 2015; FERNANDES et al., 2016; SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008; SCHMITT et al., 2013).

O estágio da discussão explica publicações na temática que centram foco no conceito, por um lado, e, na aplicação, por outro. Souza-Silva e Schommer (2008) enfatizam a necessidade de se conhecer o estado da arte do conceito de *comunidades de prática* no Brasil, o que realizam a partir de pesquisa bibliográfica e documental que contribuiu para o desenho de uma agenda de pesquisa, em diferentes perspectivas temáticas e metodológicas. A evolução das publicações acadêmicas brasileiras em comunidades de prática é estudada por Mendes e Urbina (2015), que, por meio de bibliometria e análise contextual, apresentam a evolução do modo como o conceito de comunidades de prática foi trabalhado em publicações nacionais entre os anos de 2005 e 2013.

Com o objetivo de identificar fatores críticos de sucesso à manutenção das comunidades de prática, Schmitt et al. (2013) realizam pesquisa bibliográfica para identificar fatores críticos de sucesso a tais comunidades. Igualmente fazendo uso da revisão bibliográfica sistemática, o trabalho de Fernandes et al. (2016) buscou identificar publicações que evidenciassem organizações que promovem o desenvolvimento das comunidades de práticas e aspectos relevantes ao contexto organizacional. Do mesmo modo que estudos citados anteriormente (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008; GNECCO JUNIOR et al., 2013; BUCHELE et al., 2016), Fernandes et al. (2016) também se concentraram na perspectiva da aprendizagem organizacional, e identificaram benefícios das comunidades de prática nas organizações, destacando o desenvolvimento profissional e a aquisição de diferentes estratégias competitivas a partir de tais iniciativas.

Nos quatro estudos de revisão da literatura há concentração na busca pelo estado da arte em torno do conceito aliada à identificação da utilização. Destacam-se, nesse quesito, dois estudos que identificam elementos que oferecem contribuições conceituais e práticas à aplicação das comunidades (SCHMITT et al., 2013; FERNANDES et al, 2016). Em termos de procedimentos metodológicos há, também, publicações com viés empírico, buscando discutir experiências de comunidades de prática e descrever suas metodologias (GRECCO JUNIOR et al., 2013; GAZZOLI, 2012; SANTOS; ARROIO, 2015; OLIVEIRA, 2012), o que evidencia a necessidade de conhecimento de experiências. A partir dos títulos fica nítido, todavia, que parcela maior tem procurado abordar comunidades de prática, contribuições, metodologias, estado da arte e outros aspectos a partir de viés teórico-conceitual.

As palavras-chave, por sua vez, concentram-se em expressões que demarcam noções gerais das *comunidades de prática* – esta, inclusive, é expressão central em todos os artigos analisados –, relacionando-a a aspectos de aprendizagem e formação profissional, ilustrados pela utilização frequente de expressões como “aprendizagem”, “aprendizagem organizacional”, “aprendizagem formal e informal”, “ensino e aprendizagem”, “aprendizagem social”, “formação profissional” e “formação de professores”. Gestão é outro termo destacado nas pesquisas realizadas, principalmente nos artigos das ciências sociais aplicadas e das engenharias, nos quais se observa o uso de expressões como “gestão social” e “gestão do conhecimento”, em dois estudos cada, aliadas a outros registros a “gestão de comunidades de prática” e “gestão pública”. Outros dois casos fazem referência a *comunidades de prática em ambientes virtuais*, um voltado à formação de professores (CAMBRAIA, 2012) e, outro, à aprendizagem da língua inglesa (OLIVEIRA, 2012).

Dentre as publicações identificadas, duas tratam de um mesmo objeto – experiência da Residência Social na Universidade Federal da Bahia/UFBA (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; BOULLOSA; BARRETO, 2010) – como tecnologia de ensino em gestão social. Enquanto Schommer e França Filho (2010) apresentam a metodologia desta tecnologia a partir de ensaio teórico que utiliza discussão conceitual de *comunidades de prática*, abordando a articulação dos diferentes saberes na Residência Social, Boullosa e Barreto (2010) apresentam-na a partir do referencial teórico de aprendizagem social de John Dewey e como aprendizagem situada e significativa de Jean Lave e David Ausubel, evidenciando dilemas e desafios da metodologia.

Na perspectiva de utilização das comunidades de prática para formação profissional, de certo modo trazida por Gnecco Junior et al. (2013), o trabalho de Santos e Arroio (2015) traz como objetivo analisar a experiência da comunidade de prática no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de química da Universidade de São Paulo (USP). Constatam que a comunidade de prática em tal experiência foi essencial aos alunos participantes do Programa. Perspectiva similar de análise de comunidades de prática, com viés pedagógico, educativo, está em Cambraia (2012), que propõe a construção de uma comunidade virtual de prática voltada à formação de professores de modo a permitir que os membros construam e reconstruam ambientes que favoreçam à formação de modo contínuo.

A comunidade de prática em ambiente virtual, conforme apresenta Cambraia (2012), é também objeto de estudo de Oliveira (2012), que apresenta o modo como alguns ambientes *on-line* influenciam a aprendizagem de alunos de uma escola de idiomas em Uberaba, Minas Gerais. Oliveira (2012), para seu estudo, faz uso do conceito de *affordances*, que diz respeito a tudo o que um ambiente pode proporcionar a um indivíduo. O autor constatou que diferentes *affordances* são percebidas e efetivadas pelos alunos nesses ambientes. Em contexto igualmente aplicado, Gnecco Junior et al. (2013) assumem o objetivo de abordar a importância das comunidades de prática e a gestão do conhecimento a partir da situação em que se encontram tais iniciativas, tomando como base empírica a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia. Identificaram que a técnica de gestão do conhecimento, proporcionada pelas comunidades de prática, extrai melhores resultados dos profissionais. Com viés similar, de avaliação de organizações, Buchele et al. (2016) apresentam o caso de uma comunidade de prática surgida numa Instituição de Ensino Superior (IES). Discutem lacunas do processo interno de autoavaliação, gerando propostas e

ações de gestão do conhecimento. Buscaram, neste caso, identificar em que medida as comunidades de prática auxiliam no processo de autoavaliação da IES.

O artigo de Gazzoli (2012) analisa o construto como instrumento viabilizador de melhoria na qualidade de serviços públicos, tomando como base experiência no Canadá. A comunidade analisada contou com a participação de governos provinciais e federal, o que, na realidade canadense, ocorre em ambiente competitivo, de rivalidade e tensão, afirma o autor. Trata-se da única publicação que atribui, ao construto comunidades de prática, viés de racionalidade instrumental, uma vez que a abordagem ocorre em meio a expressões como estratégia, ambiente competitivo e ambiente turbulento, ainda que associadas a serviços públicos e colaboração. O estudo compara a situação observada e ambientes competitivos nos quais se localizam empresas privadas, identificando que as comunidades de prática no setor público são inspiradoras para o setor privado, visto que são estratégias que podem “esvaziar o conteúdo ideológico de iniciativas e viabilizar esforços colaborativos” (GAZZOLI, 2012, p. 807). O autor emprega o construto comunidades de práticas como válido à iniciativa privada, portanto, com viés empresarial, competitivo.

Quanto à origem da autoria, há forte presença de pesquisadores vinculados à UFBA e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Nas publicações cujos pesquisadores são de instituição baiana (UFBA e Universidade Salvador/UNIFACS), há foco nas comunidades de práticas aplicadas à gestão social (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; BOULLOSA; BARRETO, 2010; SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008), enquanto os trabalhos oriundos da UFSC discutem aspectos referentes a aprendizagens organizacionais (GRECCO JUNIOR et al., 2013; BUCHELE et al., 2016) e fatores críticos de sucesso à manutenção das comunidades de prática (SCHMITT et al., 2013).

É forte a presença de pesquisadores da região Sul do Brasil (CAMBRAIA, 2012; FERNANDES et al., 2012; GRECCO JUNIOR et al., 2013; BUCHELE et al., 2016; SCHMITT et al., 2013). A USP detém duas publicações dentre as analisadas. Uma aborda a formação de professores (SANTOS; ARROIO, 2015) e, a outra, conhecimento, voltando-se à forma como o conceito é aplicado nas produções científicas brasileiras (MENDES; URBINA, 2015). Os dois outros trabalhos são oriundos da Université du Québec à Montréal (GAZZOLI, 2012) e da Universidade Federal de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2012).

Os periódicos nos quais os estudos foram publicados apresentam maior desconcentração, havendo destaque apenas para a revista *Nau Social*, da UFBA, com duas publicações (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; BOULLOSA; BARRETO, 2010) e a *Revista de Administração Contemporânea* (RAC) também com duas publicações (MENDES; URBINA, 2015; GAZZOLI, 2012). Na revista *Nau Social* as publicações são voltadas à abordagem das comunidades de prática na experiência de Residência Social, com nítido referencial em gestão social. Os demais estudos são publicados em revistas de diferentes domínios.

Enquanto os estudos relacionados a comunidades de prática aparecem em evolução, quando comparados a outros conceitos da gestão social, os achados relacionados à utilidade social denotam estágio ainda exploratório, o que pode ser ilustrado, inicialmente, pela quantidade de publicações encontradas na temática. No Quadro 3 são apresentados títulos, palavras-chave e principais conceitos das publicações em *utilidade social*. Na sequência, tais componentes são tomados como base à análise, que se realiza, no presente

**Quadro 3 – Conteúdos das publicações em *utilidade social***

Título	Principais conceitos	Palavras-Chave
Reflexão bioética sobre a priorização e o racionamento de cuidados de saúde: entre a utilidade social e a equidade	Equidade, utilidade social, alocação de recursos e ética no cuidado em saúde	Bioética; alocação de recursos; equidade em saúde

Desigualdad espacial y utilidad social: esfuerzos de movilidad y accesibilidad en el Gran Santiago	Deslocamento, mobilidade urbana e desigualdade social	Desigualdade, acessibilidade, esforço de moradia e deslocamento; utilidade social; Gran Santiago; mobilidade
Utilidade social da norma, uma questão de política jurídica	Doutrina clássica do utilitarismo e a utilidade da lei e dos atos humanos como fonte racional da justiça	Não indicadas no texto
Gestão Social nas Finanças Solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil	Utilidade social, finanças solidárias, valor social e benefício coletivo e bancos comunitários de desenvolvimento	Finanças solidárias, Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD); Utilidade social

Fonte: os autores, 2017

Os títulos das publicações indicam que *utilidade social*, nos quatro trabalhos, versam a respeito de uma mesma base teórica. Contudo, a partir dos objetivos indicados pelos autores nas publicações, são notórias variâncias nos sentidos atribuídos à expressão. Os artigos de Melo (1984) e Fortes (2008) abordam *utilidade social* a partir da teoria utilitarista clássica, todavia, ambos trazem questionamentos relacionados a atributos das duas vertentes. Melo (1984) realiza análise crítica dos “exageros da doutrina utilitarista, considerando [...] o filão clássico que vai de Bentham a Ihering” (MELO, 1984, p. 12), alegando, dentre outros quesitos, que a utilidade social é um valor da e para a sociedade, e, assim, não se submete a padrão de julgamento do Estado. O autor traz, desse modo, reflexão em torno da contradição posta pelo utilitarismo clássico entre “a satisfação dos desejos com vistas ao alcance do prazer individual e à satisfação da sociedade como um todo” (MELO, 1984, p. 15).

Fortes (2008), ao trabalhar a priorização e o racionamento de cuidados de saúde, relacionando o conceito de utilidade social ao de equidade, provoca uma reflexão em torno do antagonismo dos princípios inerentes às duas vertentes. O autor realça a ideia da distribuição de bens escassos numa sociedade cujos indivíduos possuem necessidades conflitantes, e, por essa razão pondera, em sentido similar a Melo (1984), que as escolhas devem ser protagonizadas tanto pelos gestores quanto pela sociedade civil, a partir de instrumentos democráticos:

Entendemos que uma justa priorização de recursos deva ser explícita, aprimorando as formas de participação real da comunidade nas decisões a serem tomadas, sobretudo quando os recursos forem escassos ou limitados. E, apesar de se poder concordar que não é fácil descobrir os valores da maioria dos membros de uma comunidade, pode-se também concordar com Karl Popper, quando afirma que a presença da representação da comunidade é o único processo, por mais falível que seja, que se tem à disposição para se chegar a algum consenso sobre o problema (FORTES, 2008, p. 700).

No artigo de Silva Júnior, Rigo e Passos (2015) o emprego do conceito de utilidade social assume viés distinto, pois, não segue entendimento de participação e representação comunitária. Ainda que tratando de interesse público e do emprego de recursos públicos, os referidos autores assumem perspectiva surgida nos anos 1970, na França, quando utilidade social esteve relacionada à isenção fiscal de organizações que exerciam “atividades econômicas em condições diferenciadas do setor privado lucrativo” (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015, p. 159). Esta perspectiva, com o tempo, tem se consolidado e se aproxima do sentido de valor social, passando a ganhar conotação de elemento que auxilia na



compreensão da lógica e dos impactos – econômicos ou não – de atividades associativas (portanto, públicas, ainda que não-governamentais). Os autores pontuam:

Há algumas décadas, como já descrito, a avaliação da utilidade social é discutida no setor do empenhimentos de economia social e solidária e no campo da pesquisa acadêmica. Paralelamente ao desenvolvimento deste debate, se desenvolve: (i) a profissionalização das associações como oportunidade de emprego; (ii) as atividades econômicas e comerciais em organizações sem fins lucrativos; e (iii) a mudança nas relações entre o estado e sociedade em favor do bem comum (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015, p. 161).

Utilizando-se, pois, de uma noção de interesse público vinculada à sociedade civil, de natureza não-governamental, os autores destacam a utilidade social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) tomando-os como iniciativas econômico-financeiras peculiares, quando comparados às organizações financeiras tradicionais.

Em Garretón (2011) há igualmente foco no interesse público e no emprego de recursos públicos, mas, com viés em desenvolvimento urbano. O texto discute condições relacionadas à localização dos habitantes e a deslocamentos da população mais empobrecida da região metropolitana de Santiago, no Chile. Trata-as como fatores que provocam exclusão social e reforçam desigualdades já existentes. A integração social é, portanto, elemento central do estudo, que consiste em abordagem teórica e pesquisa empírica em bases de dados socioeconômicos da região pesquisada, gerando elementos que atentam para a necessidade de estratégias de planificação de diferentes políticas públicas. O estudo trata de alternativa de desenvolvimento sustentável e de acesso democrático de cidadãos às oportunidades urbanas, e, desta forma, aproxima-se da abordagem trazida por Fortes (2008), qual seja, o emprego de recursos públicos no atendimento a demandas da sociedade civil.

Dos quatro trabalhos analisados, apenas o de Garretón (2011) traz pesquisa empírica, estando os demais centrados em discussões teóricas que denunciam, por um lado, o caráter polissêmico do construto, e, por outro, a necessidade de delimitação do conceito de *utilidade social*, especialmente no tocante ao viés francês adotado por Silva Júnior, Rigo e Passos (2015) – que remete o construto *utilidade social* a uma dimensão de interesse público não-governamental, da sociedade civil, por meio de atos associativos. Os quatro artigos foram publicados em períodos distintos e isso pode explicar mudanças na qualificação do construto utilidade social. A primeira publicação data de 1984, portanto, distante da segunda publicação em 2008 e das demais, ocorridas em 2011 e 2015. Além disso, é pertinente registrar que os estudos advêm de áreas distintas do conhecimento, respectivamente em Saúde, Urbanismo, Direito e Administração.

*Nau Social* (UFBA) é o único periódico que detém publicações em *comunidades de prática* e em *utilidade social*. Quanto à origem das publicações, há novamente dispersão, visto que os autores estão vinculados a instituições distintas – Université Paris Est (GARRETÓN, 2011), UFSC (MELO, 1984), USP (FORTES, 2008) e UFCA/UFBA/UFRB (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015). A UFBA, todavia, por meio da área da Administração, é a única instituição brasileira que detém estudos e publicações nos dois temas.

## 5. Considerações finais

A partir de revisão sistemática da literatura, são aqui classificados usos dos construtos *comunidades de prática* e *utilidade social*, tomando como referência artigos indexados no *Portal de Periódicos Capes* e no *Google Acadêmico*. Trata-se da caracterização de confluências e divergências na abordagem temática

adotada nos dois conjuntos de artigos coletados, além de informações gerais referentes à perspectiva teórico-metodológica adotada pelos autores, à autoria e ano da publicação, ao vínculo institucional do autor e da publicação. O quadro 4 sintetiza a aplicação conceitual e a natureza da abordagem por área do conhecimento em cada construto.

**Quadro 4 – Síntese da aplicação conceitual e natureza da abordagem**

Constructo	Área do conhecimento	Aplicação do conceito	Natureza da abordagem	Autoria
Comunidades de prática	Administração	Aprendizagem	Revisão da Literatura	SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008.
	Administração	Aprendizagem social	Teórico-empírico	BOULLOSA; BARRETO, 2010.
	Administração	Articulação de saberes	Teórico	SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010.
	Administração	Ambiente competitivo	Teórico-empírico	GAZZOLI, 2012.
	Administração	Evolução conceitual nas publicações acadêmicas brasileiras	Revisão da literatura	MENDES; URBINA, 2015.
	Ciência da informação	Formação de professores	Teórico	CAMBRAIA, 2012.
	Educação	Formação de alunos para a docência	Empírico	SANTOS; ARROIO, 2015.
	Engenharia de Produção	Aprendizagem organizacional	Empírico	GNECCO JUNIOR, et al., 2013.
	Engenharia de Produção	Aprendizagem organizacional	Empírico	SCHMITT, et al., 2015.
	Engenharia de Produção	Fatores de sucesso para a manutenção de comunidades de prática	Revisão de literatura	FERNANDES, et al., 2016.
	Engenharia de Produção	Aprendizagem organizacional	Revisão Literatura	BUCHELE, et al., 2016.
	Letras/Língua Inglesa	Aprendizagem	Empírico	OLIVEIRA, 2012.
Utilidade social	Saúde	Acesso a equipamentos e serviços e públicos	Teórico-empírica	FORTES, 2008.
	Urbanismo	Acesso a equipamento e serviços públicos	Teórico-empírica	GARRETÓN, 2011.
	Direito	Regulação estatal	Teórico	MELO, 1984.
	Administração	Empreendimentos econômicos solidários	Teórico	SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015.



Fonte: os autores, 2017

O exercício realizado deteve-se aos dois indexadores supracitados e, dessa forma, é pertinente notificar que, pesquisa em outras bases de dados, ou mesmo na produção de teses e dissertações no Brasil, ou, ainda, na produção intelectual em outras línguas e países, deverá proporcionar achados de outra natureza. Ainda que limitada a dois indexadores no tocante à abrangência, esta revisão é suficiente para revelar que os doze artigos na temática *comunidades de prática* e os quatro artigos em *utilidade social* são reveladores quanto à polissemia que caracteriza o uso do conceito *utilidade social* e à abrangência empírica concedida ao construto *comunidades de prática*.

*Comunidades de prática* têm uso no plano acadêmico, com foco em aprendizagem coletiva e formação (de professores e alunos), como instrumento de gestão do conhecimento, de aprendizagem organizacional e de autoavaliação institucional, assume natureza virtual e presencial e viés de aplicação que extrapola a noção pública, para alcançar ambientes competitivos como referência à iniciativa privada. *Comunidades de prática*, diferentemente de *utilidade social*, têm sido objeto de pesquisas com foco em revisão da literatura, o que atesta estágio de evolução daquele construto em relação a este.

*Utilidade social* é, nitidamente, conceito polissêmico. Aparece, no domínio da Saúde, vinculado ao uso de equipamentos públicos de cuidados à saúde; em Urbanismo, à ideia de acesso a serviços urbanos por parte de segmentos em situação socioeconômica vulnerável; no Direito, para criticar a utilidade da lei e dos atos humanos como fonte racional da justiça à luz da doutrina clássica do utilitarismo; na Administração, como objeto da gestão social, para tratar de finanças solidárias como estratégia de desenvolvimento comunitário. Assume, assim, natureza prática, tanto relacionada ao uso de serviços e equipamentos (de mobilidade urbana e de saúde) ofertados pela Administração Pública, quanto em perspectiva pública não-governamental (vinculada ao desenvolvimento comunitário a partir de experiência de finanças solidárias).

Superando a noção de *utilidade social* de equipamentos e serviços públicos ofertados pela esfera governamental, no Direito ocorre referência estritamente teórica, para tratar de legislação e dinâmica dos movimentos sociais. Alega-se que, se a noção de justiça for do tipo que pretende apenas assegurar privilégios e dominações, não servirá a propósito político-jurídico com vocação humanista, pois, normas justas e *socialmente úteis* (eis a noção de utilidade social empregada) deverão gerar situação de bem-estar social. Na Administração, o foco segue para formas de trabalho autogeridas que extrapolam a noção utilitária, econômico-financeira, das organizações produtivas do segmento da economia solidária. O público, neste caso, assume outra natureza – é o público não-estatal, ou, o privado de interesse público.

Como contribuição ao domínio da gestão social, é pertinente reconhecer que o conceito de *comunidades de prática* aparece mediante consenso e semelhança nas bases teóricas e nos referenciais utilizados pelos autores, que as compreendem como ambientes de interação, compartilhamento de conhecimento, aprendizagem e crescimentos coletivos e de criação de laços e valores sociais contra desigualdades sociais e com vistas ao desenvolvimento sustentável. As várias áreas do conhecimento, portanto, comungam uma visão do construto com nítida aderência aos fundamentos da gestão social. Por sua vez, *utilidade social* tem construções distintas que abarcam, mais fortemente, noções públicas estatais, tanto pelo acesso de populações à prestação de serviços públicos governamentais – portanto a utilidade social residindo em equipamentos e serviços públicos – quanto pelo viés da regulação – neste caso, utilidade social referindo-se a normas. Viés público-não estatal está na Administração, com utilidade social referindo-se ao desenvolvimento comunitário, a empreendimentos solidários de geração de trabalho e renda que assumem funções para além da natureza econômico-financeira.

No que se refere ao domínio da economia solidária, uma única referência aparece na revisão sistemática, qual seja, a publicação de Silva Júnior, Rigo e Passos (2015) que aborda a possibilidade do emprego do construto *utilidade social* junto a bancos de desenvolvimento comunitário. Desta forma, fica posta a

possibilidade de ampliação da aplicação deste construto em outros segmentos de empreendimentos econômicos solidários, pois, é factível assumir que, quando destinado a segmentos distintos como a de produção artesanal ou a de reaproveitamento de resíduos sólidos, os resultados de utilidade social *versus* utilidade econômica tenderão a ser diferentes. De outra forma, o construto *comunidades de prática* tenderá a apresentar processos de aprendizagem organizacional baseados em componentes do perfil socioeconômico e capacidades cognitivas dos sujeitos, o que pode, hipoteticamente, acontecer entre o segmento de aposentadas, donas de casa e pensionistas em contraposição ao segmento de catadores de materiais recicláveis.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. New York: Hafner, 1984.
- BOULLOSA, R. de F.; BARRETO, M. L. da S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU Social**, v. 1, n. 1, p. 181-202, 2010.
- BUCHELE, G. T. et al. CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES DE PRÁTICA PARA O PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO SEGMENTO PRIVADO. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 1, 2016.
- CAMBRAIA, A. C. Comunidades virtuais de prática: um espaço para formação permanente de professores. **Revista espaço acadêmico**, v. 12, n. 139, p. 18-24, 2012.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n. 5, 2004.
- FERNANDES, F. R. et al. Comunidades de prática: uma revisão bibliográfica sistemática sobre casos de aplicação organizacional. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 5, n. 1, p. 44-52, 2016.
- FORTES, P. A. de Carvalho et al. Reflexão bioética sobre a priorização e o racionamento de cuidados de saúde: entre a utilidade social e a equidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 3, p. 696-701, 2008.
- GARRETÓN, Matías. Desigualdad espacial y utilidad social: esfuerzos de movilidad y accesibilidad en el Gran Santiago. **territorios**, n. 25, 2011.
- GAZZOLI, P. Comunidades de prática enquanto viabilizadoras de projetos comuns em ambientes turbulentos: uma abordagem crítica. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 6, 2012.
- GNECCO JUNIOR, L. et al. Métodos e Técnicas de Gestão do Conhecimento: Comunidades de Prática. **Tourism & Management Studies**, v. 4, p. 1282-1294, 2013.
- MELO, O. F. de. Utilidade social da norma, uma questão de política jurídica. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 5, n. 9, p. 9, 1984.
- MENDES, L.; URBINA, L. M. S. Análise sobre a produção acadêmica brasileira em comunidades de prática. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3, 2015.
- OLIVEIRA, D. V. de. De redes sociais a comunidades de prática: um estudo sobre percepção e efetivação de affordances no ambiente on-line. **Domínios de Linguagem**, v. 6, n. 2, p. 170-190, 2012.
- ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PERES JR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 2, 2014.

SANTOS, V. C.; ARROIO, A. A formação de professores em comunidades de prática: o caso de um grupo de professores de química em formação inicial. **Química Nova**, v. 38, n. 1, p. 144-150, 2015.

SCHMITT, Sabrina Rebelo et al. Gestão de comunidades de prática: Fatores críticos de sucesso as suas manutenções. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 15, n. 3, 2015.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: UFC**, p. 61-86, 2008.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU Social**, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010.

SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Necessidade da Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. **NAU Social**, v. 6, n. 10, 2015.

SOUZA, W. J. de; OLIVEIRA, M. D. de. Fundamentos da gestão social na revolução industrial: leitura e crítica aos ideais de Robert Owen. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 39, p. 59-76, 2006.

SOUZA, W. J. de. **Gestão Social: Leituras e Crítica**. Natal: EDUFRN, 2010.

SOUZA-SILVA, J. C.; SCHOMMER, P. C. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 105-127, 2008.